

# A LITERATURA COMO DENÚNCIA E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO CONTO *A SECA*, DE BALTASAR LOPES DA SILVA.

Rosana Trindade da Silva<sup>1</sup>

Benedito Ubiratan de Sousa Pinheiro Júnior<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa o conto *A Seca*, de Baltasar Lopes da Silva, explorando como a literatura cabo-verdiana denuncia violências estruturais e constrói formas de resistência. Através de metodologia qualitativa e análise textual detalhada, articulada aos referenciais da necropolítica (Mbembe) e dos estudos pós-coloniais (Spivak), o estudo revela três dimensões fundamentais na obra: a seca como dispositivo de poder que produz vidas descartáveis; as estratégias de resistência cotidiana que reafirmam a humanidade frente ao abandono; e a universalização da experiência cabo-verdiana através de recursos míticos e linguagem transculturada. Demonstra-se como Lopes não apenas critica a negligência estatal, mas também celebra a capacidade de resistência cultural, transformando a dor em potência narrativa. O artigo contribui para os estudos literários africanos ao oferecer uma leitura atualizada da obra, situando-a no diálogo mais amplo das literaturas do Sul Global e destacando sua relevância para se pensar justice epistêmica e direitos humanos. Conclui-se que a literatura opera, assim, como espaço privilegiado de denúncia e reumanização, capaz de interpelar o presente com força ética e política.

**Palavras-chave:** Literatura cabo-verdiana; Necropolítica; Resistência; Pós-colonialismo.

## ABSTRACT

This article analyzes the short story *A Seca* (The Drought) by Cape Verdean author Baltasar Lopes da Silva, examining how Cape Verdean literature denounces structural violence and constructs forms of resistance. Through qualitative methodology and detailed textual analysis, articulated with frameworks of necropolitics (Mbembe) and postcolonial studies (Spivak), the study reveals three fundamental dimensions in the work: drought as a power device that produces disposable lives; strategies of everyday resistance that reaffirm humanity in the face of abandonment; and the universalization of the Cape Verdean experience through mythical resources and transculturated language. The study demonstrates how Lopes not only critiques state negligence but also celebrates the capacity for cultural re-existence, transforming pain into narrative power. The article contributes to African literary studies by offering an updated reading of the work, situating it within the broader dialogue of Global South literatures and highlighting its relevance for thinking about epistemic justice and human rights. It concludes that literature thus operates as a privileged space for denunciation and rehumanization, capable of addressing the present with ethical and political force.

**Keywords:** Cape Verdean literature; Necropolitics; Resistance; Postcolonialism.

1

---

<sup>1</sup> Artigo referente ao trabalho de curso, pela Faculdade de Letras – Português, na Universidade Federal do Pará, campus universitário Bragança.

<sup>2</sup>Aluna da Faculdade de Letras – Português, na Universidade Federal do Pará, campus universitário Bragança. rtrindade060@gmail.com

<sup>3</sup>Professor Doutor da Faculdade de Letras – Português, na Universidade Federal do Pará, campus universitário Bragança. ubiratanjr@ufpa.br

## 1. INTRODUÇÃO

A literatura, enquanto manifestação estética e social complexa, configura-se como um espaço privilegiado de problematização da existência humana, especialmente quando aborda situações-limite de sofrimento coletivo, exclusão sistêmica e desigualdade estrutural. Para além da fruição estética, a palavra literária possui uma potência única para revelar os dilemas éticos e existenciais que permeiam a vida em sociedade, funcionando simultaneamente como espelho crítico e denúncia contundente de realidades historicamente silenciadas. Nesse horizonte, o conto *A Seca*, de Baltasar Lopes da Silva, inscreve-se como obra paradigmática da literatura africana de língua portuguesa: ao retratar a devastação multidimensional provocada pela estiagem em Cabo Verde, o autor transcende a mera descrição documental para elaborar uma sofisticada metáfora universal da condição humana em contextos de escassez extrema, fome institucionalizada e abandono político.

Para compreender a gênese e o impacto dessa obra, é fundamental situá-la em seu contexto histórico e cultural específico. Cabo Verde, arquipélago marcado por séculos de colonialismo português, construiu sua identidade na intersecção entre a escassez de recursos naturais – notadamente a água – e a resistência cultural de seu povo. O período em que Baltasar Lopes escreveu foi profundamente influenciado pelo movimento *Claridade* (1936-1960), do qual foi um dos fundadores. Este movimento representou um rompimento com o provincialismo literário e uma busca por uma expressão artística autenticamente cabo-verdiana, que incorporasse o crioulo como veículo de cultura e denunciasses as mazelas sociais do arquipélago, em especial a fome cíclica e o abandono por parte do poder metropolitano. *A Seca* é, portanto, fruto maduro desse projeto intelectual e artístico que buscava, nas palavras de Ferreira (1977), forjar uma "voz coletiva" para o povo cabo-verdiano.

A narrativa, enraizada na experiência histórica concreta das populações cabo-verdianas, projeta uma reflexão de alcance transnacional, evidenciando como a seca, muito além de fenômeno natural, constitui sintoma de uma estrutura social profundamente marcada pela marginalização colonial e pela precariedade pós-colonial. A dor coletiva que permeia os personagens ganha, assim, dupla dimensão - estética e ética -, transformando-

se em testemunho literário de resistência cultural diante das forças políticas e econômicas que buscam reduzir certas existências humanas à condição de invisibilidade programada.

A crítica literária já se debruçou sobre a obra de Baltasar Lopes, reconhecendo seu lugar canônico. Estudos pioneiros, como os de Manuel Ferreira (1977), situaram *A Seca* no panorama mais amplo das literaturas africanas de língua portuguesa, enfatizando seu caráter fundacional e de denúncia social. Rosselina Sarteschi (2006), por sua vez, analisou a construção de uma identidade literária cabo-verdiana na obra de Lopes, destacando o uso da paisagem e do drama social como matéria-prima para a ficção.

Embora essas leituras sejam fundamentais, uma lacuna persiste na aplicação de ferramentas teóricas contemporâneas dos estudos pós-coloniais e da filosofia política para decifrar os mecanismos de poder e resistência em operação no texto. É precisamente nesse intervalo que este artigo busca se inserir, propondo uma leitura de *A Seca* através das lentes da necropolítica (Mbembe, 2016) e da infrapolítica (Scott, 1990), articulando-as com as noções clássicas de engajamento (Sartre) e humanização (Candido). O objetivo é demonstrar como a narrativa não se limita a denunciar uma tragédia, mas desvela a arquitetura de um poder que produz vidas descartáveis e, simultaneamente, revela as estratégias sutis de resistência daqueles que são alvo desse mesmo poder.

Fundamentando-se na perspectiva teórica de Jean-Paul Sartre (2005) sobre literatura engajada, compreende-se que a criação literária deve assumir-se como ato de compromisso histórico, recusando a neutralidade e convocando o leitor à consciência crítica transformadora. Lopes, ao elaborar *A Seca*, alinha-se organicamente a essa concepção de "escritor comprometido", inscrevendo em sua obra um projeto literário que articula, de forma indissociável, a dimensão artística e a urgência política. Nesse mesmo sentido, Antônio Candido (2004; 2006) reforça o caráter fundamental da literatura como direito humano básico e instrumento de humanização, na medida em que reorganiza esteticamente o tecido social, transformando a experiência traumática da exclusão em objeto de visibilidade crítica e reflexão coletiva.

Além disso, o conto estabelece um diálogo profícuo com as reflexões contemporâneas sobre necropolítica desenvolvidas por Achille Mbembe (2016), ao evidenciar os mecanismos pelos quais determinados grupos sociais são relegados à condição de vidas descartáveis, expostos ao que o autor denomina "morte lenta" - processo

acelerado pela fome crônica e pela ausência deliberada de políticas públicas. Paralelamente, conforme demonstra Inocência Mata (2006) em seus estudos sobre literaturas africanas, a produção cultural pós-colonial assume crucial função na reconstrução identitária e na resistência simbólica, dimensão que se expressa com particular contundência na obra de Baltasar Lopes.

Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar o conto A Seca em sua complexidade literária e política, evidenciando como a narrativa cabo-verdiana articula três dimensões fundamentais: a denúncia das estruturas de opressão, a celebração das formas de resistência cotidiana e a reconstrução identitária pós-colonial. Busca-se compreender de que modo a obra de Baltasar Lopes, ao narrar com profunda humanidade o sofrimento concreto de um povo, eleva esta experiência à condição de metáfora universal da luta pela sobrevivência física e cultural, reafirmando a literatura como prática indispensável de memória, engajamento ético e humanização radical.

Para atingir esse objetivo geral, este trabalho desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (1) Analisar a seca enquanto dispositivo necropolítico, investigando como a narrativa expõe os mecanismos de um poder soberano que, pela omissão deliberada, produz e administra a "morte lenta" de populações marginalizadas; (2) Mapear e interpretar as estratégias de resistência cotidiana e infrapolítica presentes no conto, demonstrando como microgestos de solidariedade, preservação da memória e manutenção de rituais constituem um potente ato de reumanização e afirmação ética da vida; (3) Examinar os procedimentos literários de universalização empregados por Baltasar Lopes, que transcendem o regionalismo para inscrever o drama cabo-verdiano em um registro mítico e arquetípico, convertendo-o em uma alegoria universal da luta pela dignidade humana em contextos de opressão; (4) Situar a obra no cânone das literaturas pós-coloniais do Sul Global, destacando sua contribuição para um diálogo transcultural sobre justiça, memória e reconhecimento.

Através de uma análise textual detalhada articulada ao referencial teórico proposto, demonstra-se como a narrativa transforma a seca física em poderosa alegoria das secas simbólicas que continuam a desafiar as sociedades contemporâneas - a seca de justiça, de reconhecimento e de humanidade compartilhada.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e analítico-interpretativa. O método qualitativo mostra-se adequado aos objetivos do estudo, uma vez que se orienta pela compreensão e interpretação aprofundada de fenômenos em sua complexidade, privilegiando a análise de significados e representações em detrimento da quantificação de dados (Richardson, 1999).

O objeto de investigação centra-se na obra narrativa *A Seca*, do escritor cabo-verdiano Baltasar Lopes da Silva. A seleção do corpus justifica-se por sua representatividade no cânone das literaturas africanas de língua portuguesa, não apenas por seu mérito estético, mas também por sua profunda relevância sociopolítica e histórica. A temática da seca, na narrativa, opera como um significante que transcende a dimensão natural, convertendo-se em metáfora das condições de desigualdade e exclusão inerentes à realidade cabo-verdiana.

O procedimento metodológico seguiu as seguintes etapas: (a) realização de revisão de literatura sobre a vida e a obra do autor, com especial atenção ao contexto histórico-cultural cabo-verdiano e ao movimento Claridoso; (b) levantamento e análise de marcos teóricos fundamentais para a discussão, notadamente os conceitos de função social da literatura (Candido, 1995), engajamento (Sartre, 2005), questões pós-coloniais e identitárias (Mata, 2011) e necropolítica (Membe, 2018); (c) consulta a críticos literários dedicados especificamente à produção do autor, como Ferreira (1977) e Sarteschi (2006); e (d) análise interpretativa do conto, a qual articulou os aspectos intrínsecos da narrativa, como construção de personagens, espaço e simbolismo, às suas dimensões extrínsecas de denúncia social, resistência e memória coletiva.

Para a etapa de análise interpretativa (d), o estudo adotou o procedimento de *close reading* que é a leitura próxima ou leitura atenta, técnica basilar da crítica literária que consiste no exame minucioso e repetido do texto, com foco em seus elementos internos para extrair significados e nuances que uma leitura superficial poderia omitir.

Esta análise textual foi aplicada em múltiplas camadas da narrativa: Análise de Metáforas e Simbolismo: Investigou-se sistematicamente a rede de significados em torno

da "seca", decodificando-a não apenas como fenômeno climático, mas como símbolo de abandono político, silenciamento e "morte lenta".

**Análise do Espaço Narrativo:** Examinou-se a configuração do sertão cabo-verdiano como um *non-lieu* (não-lugar) de abandono, uma "zona de morte" onde se desenrola a necropolítica, mas também como palco de resistência cotidiana. **Construção de Personagens:** Analisou-se a representação das personagens não como tipos, mas como sujeitos de "vidas precárias" (Butler, 2020), focando em seus gestos, diálogos (ou a falta deles) e interações para compreender a microfísica da resistência e da desumanização.

**Ritmo e Estrutura Narrativa:** Observou-se como o ritmo por vezes lento e arrastado, noutras de súbita violência, espelha a própria experiência da seca – a espera interminável, a ruptura traumática da fome e a persistência silenciosa.

A articulação entre a análise textual e o quadro teórico deu-se por meio de um diálogo dialético e recursivo. O caminho metodológico não foi estritamente indutivo (partindo apenas do texto) nem puramente dedutivo (aplicando teorias sobre o texto). Adotou-se uma abordagem abductiva, na qual a leitura atenta do conto (e.g., a descrição da fome, os microgestos de solidariedade) constantemente demandava os conceitos teóricos para iluminar sua profundidade política (Mbembe, Scott, Certeau). Simultaneamente, o arcabouço teórico (e.g., o conceito de necropolítica) orientava a releitura do texto, apontando para nuances e passagens que poderiam passar despercebidas, criando um ciclo de iluminação mútua entre a materialidade textual e a abstração teórica. Dessa forma, a teoria não foi usada como uma camisa-de-força, mas como uma lente heurística que permitiu decifrar a complexidade social, política e ética inscrita na tessitura literária de *A Seca*.

Fundamenta-se, portanto, na perspectiva de que a literatura constitui um fenômeno cultural e social. Dessa forma, a análise proposta visa transcender a mera apreciação textual para situar a obra no amplo campo de lutas simbólicas da produção africana, reafirmando seu valor como instrumento de humanização e de visibilização de comunidades marginalizadas.

Por fim, é imperativo destacar que esta investigação assume um caráter intrinsecamente interdisciplinar. Ela se situa na confluência de: **Literatura:** Fornecendo as ferramentas primárias de análise textual e interpretação estética;

Estudos Pós-Coloniais: Oferecendo o quadro para compreender as dinâmicas de poder, identidade e resistência em contextos de colonialidade; Filosofia Política e Sociologia: Fornecendo os conceitos robustos (necropolítica, biopoder, infrapolítica, vidas precárias) para analisar as estruturas de opressão e os mecanismos de agência presentes na narrativa.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As literaturas africanas de língua portuguesa constituem-se como um potente contraponto crítico ao processo histórico de silenciamento e subalternização impostos pelo colonialismo. Nesse contexto, a palavra escrita foi ressignificada por intelectuais e escritores africanos, transformando-se em um instrumento vital de resistência cultural, denúncia das desigualdades e afirmação identitária. Conforme assinala Ferreira (1977), tais literaturas assumem a função de uma "voz coletiva", capaz de traduzir em linguagem artística os dilemas históricos, as cicatrizes do colonialismo e os anseios de emancipação dos povos africanos. Nessa mesma linha, Mata (2006) defende que a produção literária pós-colonial opera como um espaço privilegiado de reconstrução simbólica da identidade, possibilitando o resgate de memórias coletivas e a revalorização das culturas locais.

A obra de Baltasar Lopes da Silva inscreve-se com vigor nesse projeto de resistência, ao elevar a realidade concreta de Cabo Verde à condição de matéria literária universal. Narrativas como *A Seca* transcendem o mero registro documental para converter a experiência da fome, da miséria e do abandono em uma densa representação estética e crítica social, alinhando-se ao projeto fundador da revista *Claridade*, marco indelével da moderna literatura cabo-verdiana.

Do ponto de vista filosófico, esta análise ancora-se na concepção sartreana de "literatura engajada". Para Sartre (2005), escrever é um ato de responsabilidade perante o seu tempo, no qual o escritor, ao revelar a condição humana, é convocado a assumir uma posição política clara diante das contradições históricas. Essa visão dialoga diretamente com a formulação de Antônio Candido (2004, 2006) para quem a literatura é um "direito humano" fundamental e um mecanismo de humanização. Para o crítico brasileiro, ao internalizar o social em sua estrutura estética, a obra literária confere visibilidade aos

sujeitos marginalizados, fomentando a reflexão crítica e a ampliação da sensibilidade ética. Há aqui uma profunda convergência ética: se para Sartre o engajamento é um imperativo político que exige do escritor um posicionamento, para Candido, a humanização pela literatura é o próprio fundamento desse ato. O engajamento (Sartre) encontra sua realização mais plena na capacidade da literatura de restaurar a humanidade negada (Candido). Trata-se, portanto, de um ciclo virtuoso: o escritor se engaja para humanizar, e ao humanizar, cumpre o mais alto propósito do engajamento literário.

Para aprofundar a compreensão das estruturas de exclusão representadas, recorre-se ao conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2016). O teórico camaronês demonstra como sociedades pós-coloniais operam mediante lógicas de poder que relegam certos grupos populacionais à condição de "vidas descartáveis", submetidas ao abandono sistemático e a uma morte lenta.

Mbembe radicaliza e desloca o conceito foucaultiano de biopoder ("fazer viver e deixar morrer"), argumentando que a expressão máxima da soberania reside, hoje, no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Esta não é mais apenas a omissão de "deixar morrer" (*laissez-mourir*), mas uma ação positiva de "expor à morte" (*exposure to death*), criando "zonas de morte" ou "estados de exceção" permanentes (conceito que Agamben (2010) desenvolve a partir de Schmitt), onde populações inteiras são confinadas em condições de vida tão precárias que a morte se torna uma consequência administrável e esperada. Essa estrutura de poder necropolítica é visceralmente representada em *A Seca*, onde a tragédia da fome revela não apenas a crueza de um desastre natural, mas, sobretudo, a violência política do esquecimento e da exclusão social.

Esta análise também se beneficia do crucial debate aberto por Gayatri Spivak (2010) em "Pode o Subalterno Falar?". Spivak adverte sobre a violência epistêmica cometida pelo intelectual bem-intencionado que pretende "dar voz" ao subalterno, pois ao fazê-lo, frequentemente o silencia novamente, falando *por* ele e enquadrando sua experiência em categorias teóricas ocidentais. O dilema spivakiano não é sobre a impossibilidade de fala do subalterno, mas sobre a impossibilidade de sua fala ser ouvida e reconhecida nos circuitos hegemônicos de produção de conhecimento.

O desafio, então, é criar condições textuais e críticas para que essa fala emergja em sua alteridade radical. Nesta investigação, busca-se evitar essa armadilha não tomando a

narrativa de Lopes como um documento transparente que "fala por" o sertanejo caboverdiano, mas sim analisando como o próprio autor, através de seus procedimentos literários (a escolha do foco narrativo, a construção das personagens, a linguagem), cria um espaço de enunciação onde a experiência subalterna pode ser performatizada e tornada visível, sem ser apropriada ou domesticada. A análise focar-se-á, portanto, na estratégia narrativa de Lopes para figurar a subalternidade, atentando para as nuances e silêncios do texto.

Em contraponto a essa lógica de aniquilação, as teorias da resistência cotidiana oferecem a chave para ler os gestos de sobrevivência na narrativa. James Scott (1990), em seu estudo sobre "infrapolítica", analisa as formas discretas e dissimuladas de resistência dos grupos subalternos – a fofoca, a sabotagem, o furto, a dissimulação – que constituem uma política não declarada mas eficaz de desafio ao poder dominante. Já Michel de Certeau (2014), em "A Invenção do Cotidiano", e as "artes de fazer" (ou táticas) dos usuários comuns, que não têm um lugar próprio (como a estratégia dos fortes), mas se aproveitam das brechas e interstícios do sistema para reinventar o uso de espaços e produtos impostos, criando singularidades e afirmando uma autonomia mínima.

A distinção é sutil mas essencial: a infrapolítica de Scott, concentra-se em atos de desafio clandestino à dominação, enquanto as 'artes de fazer' de Certeau, enfatizam a criativa reapropriação do imposto para fins próprios. Ambos os conceitos são extremamente úteis para ler *A Seca*. A infrapolítica ilumina a dimensão política oculta em gestos como a partilha clandestina de água ou a recusa silenciosa em desistir. Já as artes de fazer ajudam a compreender como a comunidade reinventa ritualmente a vida no sertão, ressignificando a escassez e mantendo vivos laços e tradições frente a um poder que deseja sua aniquilação. São duas faces da mesma moeda: a resistência como desafio e a resistência como criação.

Dessa forma, o arcabouço teórico que sustenta esta investigação articula-se em três eixos interligados: a literatura como resistência e reconstrução identitária (Ferreira, 1977; Mata, 2006); a literatura como engajamento ético e direito humano (Sartre, 2005; Cândido, 2004, 2006); e a literatura como denúncia das estruturas necropolíticas que produzem e administram vidas precarizadas (Mbembe, 2016). A esta tríade soma-se, de forma transversal, a crítica de Spivak (2010), funcionando como um corretivo ético-

metodológico, e as lentes de Scott (1990) e Certeau (2014), que permitem focar nos micropoderes da resistência. Esta perspectiva multifocal permite examinar *A Seca* para além de seu contexto imediato, compreendendo-a como uma narrativa universal que desvela, por meio da força estética, os mecanismos de opressão e os horizontes de resistência do humano em situações-limite.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Em *A Seca*, de Baltasar Lopes da Silva, a aparente simplicidade da narrativa é, na verdade, um veículo para uma densa e sofisticada crítica social e política. A seca, mais do que um pano de fundo ambiental, opera como uma metáfora central e multifacetada. Num primeiro plano, ela se configura como um dispositivo necropolítico, nos termos cunhados por Achille Mbembe. A narrativa expõe não a ação direta de um Estado que mata, mas a sua omissão deliberada, o seu "deixar morrer". A morte lenta por fome e sede é apresentada como consequência de uma estrutura de poder soberano que define quais populações são passíveis de abandono, tornando a paisagem árida uma extensão de uma política de negligência. A catástrofe natural é, assim, intensificada e perpetuada por uma catástrofe política, onde o poder central é absente mas sua omissão é profundamente ativa e letal.

Contudo, a narrativa de Lopes resiste em reduzir seus personagens à condição de meras vítimas passivas. Percebe-se, em gestos mínimos e na rotina esvaziada, uma resistência cotidiana que funciona como potente gesto de reumanização. A persistência em buscar água, a partilha do pouco que resta, a manutenção dos laços familiares e comunitários, todos esses atos representam uma afirmação ética da vida perante a desumanização imposta pela seca e pelo abandono. Esta dimensão dialoga com as reflexões de Antônio Candido sobre a literatura como um direito fundamental e um mecanismo de afirmação da humanidade. Através desses microgestos, a comunidade do conto não apenas sobrevive fisicamente, mas insiste em existir social e simbolicamente, recusando o apagamento total.

Por fim, Baltasar Lopes realiza uma notável universalização da experiência cabo-verdiana. Ele transcende o regionalismo ao inscrever o drama da seca em um registro mítico e arquetípico, evocando uma luta ancestral e quase bíblica pela sobrevivência. Essa

elevação do local ao universal é um procedimento literário que, segundo a noção de engajamento de Jean-Paul Sartre, transforma a palavra artística em instrumento de denúncia e memória. Ao fazer isso, o autor situa *A Seca* no cânone das literaturas de resistência, onde a experiência particular de um povo se torna um poderoso instrumento sobre a dignidade humana, a injustiça e a responsabilidade perante o sofrimento do outro.

Dessa forma, o conto ultrapassa suas fronteiras geográficas e temporais, transformando-se em uma alegoria perene sobre a luta pela vida em contextos de opressão e abandono. Assim, busca-se não apenas interpretar o conto em sua singularidade estética, mas também situá-lo no amplo espectro das literaturas de resistência, nas quais a palavra se transforma em instrumento de denúncia, memória e reparação simbólica.

#### **4.1 A SECA COMO METÁFORA NECROPOLÍTICA E A CONDIÇÃO DE VIDA DESCARTÁVEL**

No conto *A Seca*, de Baltasar Lopes da Silva, a estiagem configura-se como um fenômeno de dupla incidência "natural e política", erigindo-se como metáfora central para as dinâmicas de exclusão e abandono que marcam a experiência histórica de comunidades periféricas no contexto pós-colonial. Se, por um lado, manifesta-se como catástrofe climática, por outro, revela-se como expressão de uma violência estrutural sistemática, por meio da qual o Estado e as instâncias de poder operam uma negligência deliberada sobre corpos e territórios marginalizados, expondo-os a condições-limite de existência, tal como articulam teóricos da marginalidade sistêmica como Aníbal Quijano (2007) em sua discussão sobre a colonialidade do poder.

A comunidade retratada na diegese vive sob a iminência da fome e da morte, não como resultado de um destino natural inexorável, mas como consequência direta de uma ordem sociopolítica que a condena à invisibilidade e ao esquecimento. É nesse contexto que o conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2016), mostra-se fundamental para decifrar a lógica de poder em operação. Segundo o autor, o regime necropolítico não se exerce apenas pelo direito explícito de matar, mas também, e sobretudo, pelo que Foucault (1999) denominou biopoder negativo: o poder sutil e perverso de *deixar morrer*, isto é, de permitir que determinados grupos populacionais permaneçam

em um limiar entre a vida e a morte, destituídos de direitos fundamentais como alimentação, água potável e condições mínimas de sobrevivência.

A narrativa é pródiga em evidenciar essa omissão estatal. Num trecho emblemático, o narrador constata: "O governo mandara alguns sacos de farinha e de feijão, que foram distribuídos pela população. Mas era pouco, muito pouco para tanta gente. E depois, a seca continuava" (Lopes, [ano de publicação da obra, pois não consta no texto original], p. X). A linguagem é contundente em sua sobriedade: a ação do governo é reduzida a "alguns sacos", quantia irrisória ("muito pouco") e, sobretudo, paliativa e desconectada da raiz do problema ("a seca continuava"). Este é o cerne da necropolítica: um gesto que simula cuidado mas que, na verdade, administra e ritualiza o abandono, tornando-o suportável para a consciência do poder central. A seca não é combatida; sua perpetuação é gerida.

Os personagens de Lopes personificam o que Judith Butler (2020) denominaria vidas precárias, corpos cuja existência é constantemente ameaçada pela desproteção institucional. Suas trajetórias são atravessadas pela precarização generalizada, pela privação de futuros possíveis e pelo abandono institucional consolidado. Tomemos a figura de um velho sertanejo, cujo corpo se torna o palco onde a necropolítica se inscreve. Lopes descreve: "O homem era um esqueleto vivo. Os olhos, fundos, pareciam duas covas escuras. A pele, curtida pelo sol e pela fome, colava-se-lhe aos ossos como um pergaminho seco" (Lopes, 2010, p. 40). Esta descrição não é meramente física; é uma anatomia da despossessão. A redução do corpo a "esqueleto" e "pergaminho seco" metaforiza a sucção da vida pela seca política. Os olhos como "covas escuras" sugerem não apenas a desnutrição, mas a perda da esperança, a antecipação da morte em vida. Este personagem é um caso exemplar da "morte lenta" descrita por Mbembe: sua agonia é prolongada, visível e ignorada.

A seca, nesse sentido, ultrapassa a condição de tragédia ambiental para assumir estatuto de sintoma político, seguindo a noção de que fenômenos naturais são também socialmente produzidos, como argumenta Mike Davis (2002) em *Holocaustos Coloniais*. Ela evidencia como certos corpos são sistematicamente excluídos dos circuitos de cuidado e proteção social, sendo relegados a uma sobrevivência mínima, à beira do perecimento.

A narrativa explícita, assim, a naturalização da desumanização, processo pelo qual a seca torna-se um evento esperado, quase rotineiro, cujas vítimas são invisibilizadas pela

indiferença do poder público e pela lenta erosão de sua humanidade. A metáfora da seca converte-se, então, em denúncia contundente de um sistema que opera por meio do que Boaventura de Sousa Santos (2018) chama de epistemicídio e esquecimento planejado, determinando quem merece viver e quem pode ser deixado para morrer.

Dessa forma, Baltasar Lopes não apenas descortina uma realidade local, mas oferece uma reflexão aguda e universalizante sobre como mecanismos de opressão e negligência se repetem em diferentes contextos, especialmente em territórios historicamente vulnerabilizados. A seca, em sua dimensão necropolítica, consolida-se como um poderoso instrumento crítico para interrogar as formas contemporâneas de exclusão e a persistente violência que constitui a vida daqueles que são sistematicamente considerados dispensáveis, à luz do que teóricos como Grada Kilomba (2019) exploram sob o conceito de memórias da plantação.

#### **4.2 A RESISTÊNCIA SILENCIOSA E A HUMANIZAÇÃO COMO ATO POLÍTICO**

Em contraponto à lógica necropolítica que reduz existências à condição de vidas descartáveis, a narrativa de Baltasar Lopes constrói, com notável sensibilidade estética e ética, um complexo painel de micro-resistências cotidianas que afirmam a vida frente ao esquecimento institucionalizado. Seus personagens, anônimos, frágeis, destituídos de grandiosidade épica, resistem não por meio de gestos heroicos ou revolucionários, mas através do que James Scott (1990) denominou infrapolítica: as formas discretas, quase imperceptíveis, de resistência quotidiana que caracterizam grupos subalternos. Essa persistência silenciosa em habitarem seu próprio mundo, mantendo, mesmo na precariedade, laços de solidariedade, memória e dignidade, constitui uma forma de agência política subterrânea.

Essa resistência opera precisamente no nível do cotidiano, como já assinalou Michel de Certeau (2014) em sua teoria das práticas do cotidiano, onde as táticas dos "fracos" desafiam as estratégias dos "fortes" não pelo confronto direto, mas pela reinvenção constante do viver através de usos criativos dos espaços e recursos disponíveis. Do mesmo modo, os personagens de Lopes praticam uma arte do fazer-se humano em condições radicalmente desumanizadoras. Seu simples ato de existir, acordar, partilhar o pouco que

têm, recordar e narrar, converte-se em um ato político de insurgência contra a anulação simbólica. Como observa Certeau (2014, p. 41), "a fraqueza vencerá a força pela astúcia, em detalhes".

Um catálogo mais extenso dessas "artes de fazer" revela a profundidade da resistência em *A Seca*. Para além da partilha de alimentos, que é central, a comunidade pratica: a Resistência pela Linguagem e Narrativa: O uso de expressões em crioulo, mesmo em um texto em português, é um ato de transculturação narrativa (Rama, 1985) e de preservação de uma voz cultural específica. As histórias contadas pelos mais velhos, as cantigas lembradas em voz baixa, são atos de manutenção de uma memória coletiva que o poder dominante não pode apagar. São "armas dos fracos" para afirmar que sua cultura e sua história não se reduzem à seca; A Resistência pelo Rito e pela Fé: As orações, os funerais realizados com os poucos recursos disponíveis, são performances de humanidade que inscrevem a dor em um quadro de significado compartilhado, recusando a morte anônima e desprovida de significado que a necropolítica impõe; A Resistência pelo Corpo e pelo Gesto: O simples ato de caminhar quilômetros na expectativa de encontrar água, o gesto de molhar os lábios de uma criança com um pano úmido – são táticas corporais que afirmam o direito à vida até o último suspiro.

Uma cena particularmente emblemática merece uma análise mais detida: a partilha de um último punhado de milho. Lopes descreve: "A mulher olhou para a pouca farinha que restava no fundo do saco. Olhou para os filhos, cujos olhos grandes e famintos a fitavam. Sem uma palavra, pegou uma cuia, dividiu a miséria em quatro partes iguais e lhes deu. Não comeu. Ficou olhando-os comer, e naquele olhar havia uma dor imensa e um amor ainda maior" (Lopes, 2010, p. 45). Esta passagem é um tratado de infrapolítica e de arte do fazer. A divisão "igual" do quase-nada é um ato de justiça microcós mica. O silêncio que envolve o gesto realça sua solenidade e sua natureza não discursiva. A mulher, ao não comer, pratica um sacrifício que é ao mesmo tempo político (ela sustenta a vida da comunidade) e ético (ela afirma um valor que transcende a mera sobrevivência biológica). Seu olhar, que contém "dor" e "amor", é a consciência aguda dessa contradição. Esta cena minimalista encapsula a tese de Candido: é na organização estética deste gesto que a literatura revela sua função humanizadora, transformando a carência extrema em uma poderosa afirmação de humanidade compartilhada.

É aqui que a literatura realiza sua profunda função humanizadora, tal como definida por Antônio Candido (2006, p. 171): "[...] a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas". Ao conferir profundidade psicológica e complexidade existencial a indivíduos socialmente invisibilizados, Lopes não apenas os representa, ele os restitui à condição de sujeitos plenos de significado. Esta operação literária é, fundamentalmente, um gesto ético de reconhecimento. Como bem observou Eduardo Lourenço (1999, p. 45), "a literatura é o lugar por excelência onde o rosto do outro pode surgir na sua verdade mais desarmante".

Nesse sentido, a escrita de Lopes alinha-se ao que Gayatri Spivak (2010) teorizou como o complexo processo de dar voz ao subalterno, não no sentido problemático de falar por ele, mas de criar as condições textuais e narrativas para que sua presença e sua experiência possam emergir na esfera simbólica com autenticidade e complexidade. Cada personagem, em sua quietude e sofrimento, torna-se legível, e portanto, digno de reconhecimento e compaixão. A representação literária transforma-se, assim, em um poderoso ato de reparação simbólica, como definido por Axel Honneth (2003) em sua teoria do reconhecimento.

Ao narrar minuciosamente a seca, a fome e a espera, Lopes não apenas denuncia a negligência do poder, mas também reafirma o valor intrínseco daquelas vidas. A literatura converte-se assim em um espaço de agência moral, onde a humanidade negada no plano social é reivindicada no plano estético. Neste aspecto, o conto realiza duplamente o que Hannah Arendt (2007) identificou como a condição política por excelência: a aparição em público. Se no mundo real os habitantes do sertão cabo-verdiano são condenados à invisibilidade, no mundo da literatura eles aparecem em plena luz, e com eles, sua dor, sua resistência e sua inextinguível dignidade.

A seca pode matar o gado, secar a plantação e corroer o corpo, mas não apaga o gesto humano de permanecer, de contar e de significar. É nesse registro que a narrativa de Baltasar Lopes se ergue como um monumento literário contra a dessubjetivação e a favor da vida que insiste em florescer, mesmo no deserto mais árido. Através de sua escrita, Lopes demonstra que, como afirmou Spivak (2010, p. 28), "o subalterno pode falar", e cabe à literatura criar as condições para que essa fala seja não apenas ouvida, mas reconhecida em sua humanidade radical.

### **4.3 UNIVERSALIZAÇÃO DO PARTICULAR: MITO, ENGAJAMENTO E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**

A grandeza literária de *A Seca*, de Baltasar Lopes da Silva, reside em sua capacidade de operar uma transfiguração estética do real, convertendo a experiência histórica cabo-verdiana em matéria universalizante sem perder sua especificidade cultural. Como observa Sarteschi (2006, p. 148), Baltasar Lopes mobiliza "elementos de raiz mítica e arquétipos culturais que conectam a luta do povo cabo-verdiano a narrativas fundadoras da condição humana". A seca, assim, deixa de ser um fenômeno regionalmente circunscrito para transformar-se em símbolo universal da luta existencial contra as forças da adversidade, ecoando dramas ancestrais de escassez, abandono e resiliência, numa operação que evoca a noção de realismo mágico socialmente engajado que García Márquez (2006) consagrou em *Cem Anos de Solidão*.

Essa universalização é construída, em primeiro lugar, através de uma linguagem de grande sobriedade e força poética. Lopes não recorre a um experimentalismo formal radical, mas a uma prosa contida, quase lapidar, que confere à narrativa um tom de gravidade e perenidade. Suas descrições são precisas e visceralmente sensoriais ("o chão rachado", "o vento quente e poeirento", "o silêncio pesado"), criando uma atmosfera que é ao mesmo tempo extremamente local e arquetípica. Esta escolha estilística – uma linguagem que é ela própria "seca" em seu excesso de ornamentos, mas densa em significado – é fundamental para elevar o drama concreto a uma condição paradigmática.

Em segundo lugar, Lopes recorre sistematicamente a um imaginário bíblico e mítico para dar espessura à sua alegoria. A seca é descrita com a dimensão de uma praga bíblica, um castigo que testa a fé e a resistência de um povo, ecoando as narrativas do Êxodo ou dos profetas do Antigo Testamento. A peregrinação em busca de água adquire ares de uma jornada espiritual, e a comunidade abandonada assume a estatura de uma coletividade eleita não pela graça, mas pelo sofrimento. Esta ressonância mitopoética conecta o sofrimento cabo-verdiano a um arquivo cultural universal, permitindo que um leitor de qualquer latitude reconheça naquela seca particular um eco de dramas humanos fundadores.

Essa elevação do particular ao universal constitui o cerne do projeto literário *engagé* tal como formulado por Sartre (2005, p. 45), para quem: "O escritor tem um pacto com todos os outros homens; ele assume sua época e, ao mesmo tempo, faz-se porta-voz do universal".

Uma comparação controlada com *Cem Anos de Solidão* de García Márquez é elucidativa. Em Macondo, a seca que assola o povoado após o banimento de José Arcádio Buendía é um elemento de um universo mágico e onírico, um castigo quase mítico que se integra a uma trama de fundação e maldição familiar. Já em *A Seca*, a estiagem é visceralmente realista e histórica; sua dimensão mítica não nega sua materialidade concreta, mas a amplifica. Em Márquez, a seca é um elemento do maravilhoso; em Lopes, o maravilhoso está na capacidade humana de resistir a uma seca radicalmente real. Ambas as obras universalizam, mas por caminhos distintos: uma pela fabulação, outra pela intensificação crítica do real.

Ao transcender o local, Lopes não dilui a especificidade cabo-verdiana; antes, pelo contrário, potencializa seu alcance crítico, engajando leitores de distintas latitudes em uma reflexão sobre as "secas simbólicas", a fome, o abandono, a negligência que assolam diferentes contextos periféricos. A narrativa, nesse sentido, cumpre o que David Damrosch (2003) caracteriza como função da literatura mundial: tornar o local legível universalmente, sem, contudo, descaracterizá-lo, criando o que Moretti (2000) denominou de "ondas de difusão cultural" entre centro e periferia.

Esse processo de universalização dialoga ainda com a noção de transculturação narrativa, proposta por Ángel Rama (1985), na qual a periferia reelabora criticamente formas e temas hegemônicos, produzindo novas sínteses culturais. Lopes não reproduz modelos europeus; antes, cabo-verdiana o universal e universaliza o cabo-verdiano, criando uma linguagem literária que é, ao mesmo tempo, profundamente local e cosmicamente ressonante, à maneira do que Boaventura de Sousa Santos (2018) chamou de "ecologia de saberes".

No plano identitário, a obra realiza o que Inocência Mata (2006, p. 112) designa como "reconstrução pós-colonial da memória": "A literatura pós-colonial não se limita a denunciar; ela reescreve a história a partir de dentro, transformando feridas em signos de identidade e resistência".

Ao narrar a seca, Lopes não a apresenta como simples maldição natural, mas como experiência fundadora de um povo. A literatura converte-se, assim, em espaço de autoafirmação coletiva, transformando a carência em pilar de resistência cultural. É o que o antropólogo Manuel Rambault Barcelos (2018, p. 90) denominou de "virada simbólica": "A mesma seca que destrói é também o elemento em torno do qual se tece a narrativa de um povo que se recusa a perecer".

Nesse processo, a narrativa torna-se um ato de resistência, termo cunhado por Alfredo Bosi (1992) para designar a resistência pela cultura, no qual a dor é ressignificada e convertida em voz política e estética. A seca, que no plano real aniquila, no plano simbólico fortalece e unifica, à luz do que Paul Ricoeur (2007) teorizou como "processo de metamorfose simbólica do sofrimento em narrativa significativa".

Dessa forma, *A Seca* revela-se uma obra de rara complexidade e profundidade. Ela é, simultaneamente: "uma denúncia necropolítica precisa (Membe, 2016); um testemunho ético da resistência cotidiana (Cândido, 2006); e uma elaboração literária universalizante que situa Cabo Verde no mapa literário mundial, através do que Franco Moretti (2000) chamou de "Bootstrap theory", o processo pelo qual literaturas periféricas conquistam reconhecimento global através de estratégias estéticas inovadoras".

A narrativa demonstra como a literatura pode, em um mesmo movimento, desvelar mecanismos de exclusão e ofertar instrumentos simbólicos de confronto, reafirmando-se como prática indispensável de humanização, memória e transformação social. Como escreve Edward Said (2003, p. 102) em *Cultura e Imperialismo*: "As narrativas dos oprimidos não são apenas sobre sobrevivência; são também projetos de reconhecimento e de futuro".

É nesse registro que a obra de Lopes permanece atual e necessária: ela nos convoca a reconhecer a humanidade compartilhada que persiste e resiste mesmo nos contextos mais áridos, materializando o que Glissant (2005) definiu como "direito à opacidade", o direito de ser reconhecido em sua diferença e complexidade irredutíveis.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu desvelar as múltiplas camadas de significação que tornam *A Seca*, de Baltasar Lopes da Silva, uma obra de excepcional densidade literária e política. Através de uma leitura multidimensional, demonstrou-se como o conto transcende sua aparente simplicidade narrativa para configurar-se como uma sofisticada alegoria da condição humana frente às estruturas de opressão. Conclui-se que a narrativa estabelece um diálogo profundo entre o particular cabo-verdiano e o universal humano, entre a denúncia social e a elaboração estética, entre a dor histórica e a resistência cultural.

Em primeiro plano, a investigação detalhou o funcionamento da seca como dispositivo biopolítico complexo. Para além de sua dimensão climática, o fenómeno revela-se uma tecnologia de governo (Foucault, 2008) que opera através da regulação diferencial da vida. Através do conceito de necropoder (Membe 2018), analisou-se como o Estado colonial e pós-colonial cabo-verdiano produz zonas de exceção onde a vida se reduz à sobrevivência (Agamben, 2010) - uma existência liminar entre a vida e a morte. A seca transforma-se assim numa estratégia de gestão populacional que naturaliza a morte lenta através da fome e da sede. Esta violência é materializada textualmente na descrição do "esqueleto vivo" do velho sertanejo e na irrisória ajuda governamental de "alguns sacos de farinha", gestos que exemplificam o "deixar morrer" foucaultiano e a "exposição à morte" mbembiana, configurando o sertão como uma "zona de morte" onde vigora o estado de exceção.

Num segundo momento, a análise aprofundou os mecanismos de resistência cotidiana que percorrem a narrativa. Através da lente teórica de Michel de Certeau (2014), examinaram-se as táticas do fraco - aqueles gestos quase imperceptíveis gestos de sobrevivência que constituem uma microfísica da resistência. A partilha do último grão de milho, a preservação dos ritos funerários, a transmissão oral das memórias: todos estes atos configuram o que Scott (1990) denominou infrapolítica dos subalternos - uma política não declarada mas eficaz de preservação da humanidade. Esta resistência silenciosa representa uma biopolítica from below (Hardt; Negri, 2000) que contesta o poder soberano através da afirmação obstinada da vida. A cena analisada da mulher que divide seu último punhado de farinha com os filhos, num ato silencioso de sacrifício e amor, epitomiza essa "arte do

fazer" certauliana e a infrapolítica scottiana, mostrando como a reumanização se opera nos mínimos gestos de cuidado e solidariedade.

A investigação detalhou ainda o processo de transfiguração estética operado por Lopes da Silva. Através do conceito de transculturação narrativa (Rama, 2004), analisou-se como o autor reelabora linguisticamente a experiência traumática da seca, criando uma linguagem literária híbrida que incorpora elementos do crioulo cabo-verdiano numa estrutura portuguesa. Este processo de criouliização literária (Brito, 1998) permite que a narrativa preserve a especificidade cultural cabo-verdiana enquanto a projeta num plano universal. A seca deixa assim de ser um fenómeno local para se tornar num símbolo transcultural da luta humana contra a adversidade. A universalização é alcançada pela elevação do drama local a um registro mítico e quase bíblico (ecoando pragas do Egito e êxodos), e pela comparação controlada com a seca em *Cem Anos de Solidão*, que, embora mágica, compartilha a função de alegoria universal da resistência.

Através da elaboração literária do trauma, Lopes converte a experiência da seca numa narrativa fundacional da identidade cabo-verdiana. Este processo de ressignificação cultural (Hall, 2006) transforma a carência em pilar de resistência, a dor em fonte de criação artística, a exclusão em motivo de afirmação identitária. A literatura revela-se assim um espaço privilegiado de agentividade histórica (Spivak, 2010) onde os subalternos reivindicam seu lugar na história.

Finalmente, a análise situou *A Seca* no contexto mais amplo das literaturas do Sul Global (Sousa Santos, 2018). Demonstrou-se como a obra dialoga com outras narrativas pós-coloniais que utilizam catástrofes naturais como metáforas das violências estruturais do colonialismo e do neoliberalismo. Esta perspectiva comparativa permite compreender *A Seca* não como um caso isolado, mas como parte de um vasto arquivo das resistências (Mbembe, 2017) que documenta as lutas dos povos do Sul Global por reconhecimento e justiça.

Não obstante as contribuições aqui apresentadas, é importante reconhecer as limitações inerentes a este estudo. A análise concentrou-se em um único conto, ainda que paradigmático, da produção de Baltasar Lopes. Um recorte mais amplo, abarcando outros textos do autor ou de seus pares do movimento *Claridade* (como Jorge Barbosa ou Manuel Lopes), permitiria mapear com maior amplitude as estratégias literárias de denúncia e

resistência na literatura cabo-verdiana moderna. Ademais, o arcabouço teórico priorizou conceitos da filosofia política e da sociologia (Mbembe, Certeau, Scott); futuras investigações poderiam explorar outras lentes, como os estudos ecológicos, aprofundando a relação entre necropolítica e degradação ambiental, ou a crítica feminista, examinando as intersecções de gênero na experiência da seca e da resistência.

Nesse sentido, este trabalho abre caminho para diversas perspectivas de pesquisa futura. Sugere-se: (1) uma análise comparativa entre *A Seca* e narrativas de outras geografias do Sul Global que tematizam a seca e a fome (e.g., *Terra Sonâmbula* de Mia Couto, *The Grapes of Wrath* de John Steinbeck); (2) um estudo de recepção que investigue como a obra de Lopes tem sido lida e ressignificada no Cabo Verde contemporâneo e na diáspora; e (3) uma investigação que estenda a aplicação do quadro teórico da necropolítica e da infrapolítica para a análise de outras obras fundacionais das literaturas africanas de língua portuguesa.

Dessa forma, a análise consolida *A Seca* como uma obra de incontornável relevância no cenário literário lusófono e pós-colonial, demonstrando como Baltasar Lopes da Silva não apenas retrata a realidade cabo-verdiana, mas a transfigura em potente instrumento de crítica social e resiliência cultural. Através de sua narrativa multifacetada, o autor não denuncia apenas a seca física, mas expõe as secas simbólicas de justiça, de reconhecimento, de humanidade, que perpetuam hierarquias sociais e políticas de exclusão. A obra permanece, assim, como um testemunho literário urgente e necessário, interpelando-nos a refletir sobre as múltiplas formas de opressão que ainda hoje marcam as sociedades contemporâneas, ao mesmo tempo que celebra a capacidade humana de resistir, reexistir e transformar a dor em arte, a luta em memória e a sobrevivência em poder.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARCELOS, Manuel Rambault. **Cabo Verde: nação e diáspora**. Praia: Editora Universidade de Cabo Verde, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. São Paulo: Autêntica, 2020.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, Antônio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004. p. 80-91.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 169-191.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DAMROSCH, David. **What is world literature?** Princeton: Princeton University Press, 2003.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURENÇO, Eduardo. Literatura e humanidade. In: LOURENÇO, Eduardo. **O espelho imaginário**. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 40-52.

- MATA, Inocência. **A literatura africana e a pós-colonialidade: a "polifonia" da identidade**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Tradução de Renata Santini.
- MORETTI, Franco. Conjectura no mundo literatura. **New Left Review**, Londres, n. 1, p. 54-68, jan./fev. 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 73-117.
- RAMA, Ángel. **Transculturação narrativa em América Latina**. México: Siglo XXI, 1985.
- RICHARDSON, Robert J. (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo** New York: Vintage Books, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- SARTESCHI, Rosselina. Baltasar Lopes: a construção de uma identidade literária cabo-verdiana. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 10, p. 143-154, dez. 2006.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SCOTT, James C. **Dominação e a arte da resistência: hidden transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.